

Trabalho apresentado no 24º CBCENF

Título: Intervenções não medicamentosas no pré-natal para prevenir infecção urinária: revisão integrativa

Relatoria: Larissa Piovesan Hoffelder

Autores: Matheus Henrique Mangini Bocchi

Silvia Cristina Mangini Bocchi

Modalidade: Comunicação coordenada

Área: Inovação das práticas de cuidado

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Introdução: Desde a década de 1960, a infecção do trato urinário (ITU) na gestante vem sendo sinalizada como um problema de saúde pública, demandando ações preventivas, em face da gravidade das complicações materno-infantis durante e após a gestação. A partir de 2016, a Organização Mundial de Saúde (OMS), fundamentada em evidências científicas sobre essa gravidade e apreensiva com a escassez de efetividade de ações preventivas de ITU, assintomática e sintomática na gravidez, passa a alertar para a necessidade de intervenções pré-natais neste âmbito. **Objetivo:** Analisar os níveis de evidências dos artigos publicados que avaliaram as intervenções não medicamentosas utilizadas no pré-natal, para prevenir infecções do trato urinário (ITUs) e as repercussões maternas e perinatais. **Métodos:** Revisão integrativa a partir de 983 registros, levantados nas bases de dados MEDLINE/PubMed, SCOPUS e Web of Science, CINAHL e LILACS. **Resultados:** Removeu-se 940 registros por duplicatas, inelegibilidade, dentre outros motivos, assim como 40 por não responderem à pergunta da pesquisa. O corpus de análise configurou-se em três pesquisas primárias, níveis de evidência II, III e V. Apesar da escassez de pesquisas, as três localizadas demonstraram efeito positivo para elevar o conhecimento preventivo e, como efeito, uma delas obteve resultados estatísticos significativos para redução da doença nas gestantes. **Considerações Finais:** Recomenda-se estudos epidemiológicos de ITU e seus agravos maternos e perinatais no Brasil, assim como, ensaios clínicos sobre a efetividade de ações preventivas. Esse estudo denuncia a necessidade de se considerar as ITUs problema de saúde pública, tendo em vista os agravos relativos à morbimortalidade materno-infantil que essa doença suscita, condição modificável por política pública e na educação/formação dos profissionais de saúde como: médicos, enfermeiros, nutricionistas, dentre outros, responsáveis pela atenção no pré-natal. Evidencia-se a necessidade de considerar o letramento em saúde, uma ferramenta para transformar os cenários do pré-natal na Atenção Primária, de forma a promover a autonomia das usuárias, condizente com política de saúde pública para a promoção da equidade.